

SOCIEDADE CIVIL E DESENVOLVIMENTO: ASSOCIAÇÕES CIENTÍFICAS E PROFISSIONAIS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SANTA CATARINA E DE SERGIPE*

*Gaylord George Candler***

W.W. Rostow sugeriu recentemente que "o maior dos problemas não-resolvidos na análise do crescimento econômico é como vir a suportar, de um modo sistemático, as inescapáveis dimensões não-econômicas do problema (1190, p. 480)." De um modo mais abrangente, este artigo mostra uma das "inescapáveis dimensões não-econômicas" de Rostow: o papel da sociedade civil no desenvolvimento econômico. Mais especificamente, isso é feito através das lentes do papel de associações científicas e profissionais (ACPs) na política pública nos Estados brasileiros de Sergipe e Santa Catarina. Como tal, a pesquisa irá entrelaçar três corpos da literatura do desenvolvimento - as literaturas do "terceiro setor", da sociologia da ciência e do desenvolvimento econômico - através de associações formais.

Como um campo dominado por economistas, a literatura do desenvolvimento político tem a tendência natural de focalizar assuntos econômicos. Entretanto, alguns pensadores primordiais do campo reconheceram a importância das densas interações sociais em que esses assuntos econômicos são resolvidos. Em aditamento à passagem de Rostow acima, Ohlin referiu-se, há muito tempo, à importância das condições sociais entre países como um fator de resultados de desenvolvimento (1931); Hoselitz argumentou que

* A tradução deste artigo foi feita conjuntamente por Afonso Nascimento e Manuela Freire C. de Almeida.

**Gaylord George Candler é doutor em Ciência Política pela Indiana University, nos Estados Unidos.

"crescimento econômico é um processo que afeta não só e puramente relações econômicas mas também toda a estrutura social, política e cultural de uma sociedade" (1967, p. 38).

Temas similares foram há muito levantados na literatura da ciência e do desenvolvimento político (ver Price, 1965; Polanyi, 1966). Apesar disso, a visão contemporânea do papel da ciência e da tecnologia no crescimento econômico é falha na medida que os *processos* da ciência e da inovação tecnológica são entendidos como garantidos. Após um investimento adequado em infra-estrutura científica e tecnológica, a visão contemporânea afirma que, se os ambientes macro e micro-econômicos puderem "ser" endireitados", a inovação fluirá. Essa visão ignora a "ciência"¹ como uma instituição social, embutida na sociedade mais ampla, que exige autonomia para organizar-se o seu modo, liberdade de comunicação e qualificação para contribuir para discussões políticas."

Esse é o grande ponto marcado por Clark e Juma (1987), quando argumentaram que economistas do desenvolvimento tratam a ciência muito mecanicamente, ignorando a natureza "complexa".(p.33), "social" (p165) e "viva" (p.26) do processo da inovação científica e tecnológica.² Parte desse processo social é o papel crítico do fluxo de informações (p. 106) e o estabelecimento de normas e padrões pela própria comunidade científico-tecnológica (p.100). Clark e Juma apontam ainda a importância da questão a que Nelson (1974, p. 61) se referiu como "ciência organizada", através da referência à "estrutura da comunidade científica" (p. 33). O ponto de partida de Clark e Juma para esse artigo, entretanto, é mais clara na mensagem implícita antigovernista em seus discursos sobre as implicações políticas da incompatibilidade da burocracia rígida com a necessidade de flexibilidade no processo tecnológico:

Conclui-se, portanto, que, para uma sociedade manter-se a par da rápida mudança tecnológica nesta era moderna, ela precisa também estar preparada para permitir rápida mudança organizacional - um argumento que tem óbvias implicações na política pública, uma vez que departamentos governamentais e outras instituições relevantes (universidades, por exemplo) exibem uma rigidez estrutural. É difícil ver como a sociedade pode esperar desenvolver-se tecnologicamente e, conseqüentemente, sustentar um crescimento econômico a longo

prazo (pp 181-182).

Em vez desse posicionamento da ciência em *oposição* ao governo, este artigo estuda o papel da ciência em *informar* o processo político, facilitando, com isso, a flexibilidade que Clark e Juma reivindicam.

Dentro da literatura do terceiro setor, este artigo procura ilustrar dois temas abrangentes. O primeiro trata da contradição entre a grande heterogeneidade que caracteriza esse "terceiro" setor não-mercado, não-estado, residual da economia, ainda que exista o foco excessivo dentro da literatura internacional gratuita em muitas organizações de desenvolvimento com ligações internacionais. Para Najam:

Parece haver um forte preconceito contra esforços de estudar o setor como um setor (em sua definição mais abrangente) e a favor do estudo dessas porções particulares em que eruditos e agências (especialmente órgãos doadores) estão mais interessados. Essa tendência, em vez de enriquecer, empobreceu nosso entendimento do setor e deu ao empreendimento intelectual um sabor de caridade (1996:341; ver também Scherer - Warren, 1995, p. 162-7)

O segundo tópico trata do papel da política do terceiro setor. Discussões de associações científicas e profissionais referem-se tipicamente a seu papel ao criar uma comunidade na qual idéias possam ser trocadas e normas profissionais e possam ser estabelecidas e ser exigido o seu cumprimento. Bem menos discutido é o papel público da ciência, informando a massa popular e contribuindo para debates políticos. O papel político do terceiro setor é citado por muitos autores. Landim (1993, p.1) refere-se à capacidade de influenciar a política pública como uma área de debate dentro da literatura do terceiro setor; Clark (1991, p. 104-22) fornece várias provas, apontando o impacto político das ONGs em países em desenvolvimento, e Ndegwa (1996, p. 1) trata das condições de um eficiente envolvimento político das ONGs. Especialistas em relações internacionais foram especialmente proeminentes na discussão do papel de comunidades epistêmicas em assuntos da política internacional (ver Haos, 1992). Este artigo procura estender esses tópicos às associações científicas e profissionais nacionais, demonstrando a importância da ciência organizada no processo de desenvolvimento social.

Este artigo procederá como segue. A próxima seção localiza o trabalho dentro da mais ampla literatura teórica. Em seguida, serão discutidas considerações metodológicas, e e apresentado o projeto da pesquisa. Dados provenientes da pesquisa em campo serão apresentados e discutidos na metade final do artigo.

I - Método da Pesquisa

Este artigo usa uma contagem quantitativa de eventos para demonstrar uma correlação entre ACPs fortes e desenvolvimento. Isso é depois corroborado por uma análise qualitativa que também serve para demonstrar como ACPs ativas levam a resultados políticos positivos. Apesar da contagem quantitativa de eventos, este estudo depende de uma comparação em boa parte qualitativa, baseada em estudo de casos, do papel de associações científicas e profissionais no processo político em dois estados brasileiros. Adotou-se uma abordagem bastante qualitativa, pois a pesquisa de política pública está vergonhosamente subdesenvolvida e faltam sólidos dados estatísticos (Souza 1995), sendo que essa situação está pior no terceiro setor (Landim, 1993, p. 1). Outrossim, uma análise de relações fracas, profundamente contextuais entre variantes difíceis de operacionalizar, não serve para uma pesquisa quantitativa (Mohr, 1993, O. 4; Schmitter, 1971, p. 315; Amenta, 1991, p. 179-80).

A pesquisa usa a grande desigualdade regional brasileira (ver, por exemplo Amaral Filho, 1995; Ferreira, 1996; e especialmente Thomas, 1987) para comparar um estado sulista relativamente desenvolvido (Santa Catarina) com um estado nordestino relativamente subdesenvolvido (Sergipe). Essa focalização subnacional oferece um grande leque comparativo, enquanto evita muitas variáveis desconcertantes, associadas a um trabalho internacional comparativo (ver Puttnam, 1993, p. 7; Kohli, 1987, p. 3). Através da demonstração de que as ACPs são mais ativas no primeiro estado citado do que no segundo, este estudo demonstrará a correlação entre ACPs ativas e desenvolvimento. Ilustrando *qual* o impacto que as ACPs têm sobre a política em Santa Catarina, o trabalho demonstrará causalidade.

As ACPs foram estudadas para capturar o envolvimento da ciência organizada no processo político. A ciência foi estudada, pois a grande heterogeneidade do terceiro setor (Landim, 1993, p. 1; Salamon, 1994, p.110) impôs limite à alçada. Além disso, a ciência foi escolhida não só por causa do

papel crítico da ciência e da tecnologia no desenvolvimento econômico, mas especialmente por causa da natureza especial de perícias científica e do conhecimento técnico.³ Enquanto críticos da ciência enfatizaram corretamente que nem a ciência nem cientistas, especialmente, são infalíveis,⁴ a exclusão de cientistas e profissionais técnicos das discussões políticas dentro dos limites de seu campo de perícia técnica é especialmente significativa, pois indica um processo político fechado. Em cada estado, foram estudados três grupos: a *Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência*, Médicos e Engenheiros. Já que esses dois últimos foram representados, no processo político de cada estado, por uma associação profissional, um sindicato e um conselho regional semi-autônomo, um total de quatorze organizações foi incluído no estudo.

II - Evidência Quantitativa

Fez-se um levantamento em três jornais locais em Sergipe (*Gazeta de Sergipe, Jornal da Manhã e Jornal da Cidade*) e em dois em Santa Catarina (*Diário Catarinense e O Estado*) cobrindo um período de doze meses, de outubro de 1996 a setembro de 1997, a respeito de artigos relacionados com associações científicas e profissionais.⁵ Como foi mencionado acima, um total de 14 grupos foi estudado durante essa pesquisa. Esses grupos são listados a seguir:

CIÊNCIA - AMBOS OS ESTADOS

SBPC - *Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência*

ENGENHEIROS - SERGIPE

CESE - *Clube de Engenharia: associação profissional*

SENGE/SE - *Sindicato de Engenheiros/Sergipe*

CREASE - *Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura: entidade representativa semi-governamental*

ENGENHEIROS - SANTA CATARINA

ACE - *Associação Catarinense de Engenheiros (associação profissional)*

SENGE/SC - *Sindicato de Engenheiros / Santa Catarina*

CREA/SC - *Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura: entidade representativa semigovernamental*

MÉDICOS - SERGIPE

Somese - *Sociedade Médica de Sergipe*: associação profissional

Sindmed - *Sindicato dos Médicos*

Cremese - *Conselho Regional de Medicina de Sergipe*: entidade regional semi-governamental

MÉDICOS - SANTA CATARINA

ACM - *Associação Catarinense de Medicina*: entidade profissional

Simesc- *Sindicato de Médicos/ Santa Catarina*

Cremesc - *Conselho Regional de Medicina /Santa Catarina*: entidade representativa semi-governamental

Formalmente, os conselhos regionais, sindicatos e associações profissionais têm grandes diferenças de origem e objetivos. Macedo (1996) oferece um sumário bastante útil desses grupos. As associações profissionais são "criadas livremente por profissionais," com o propósito de promover os interesses culturais, sociais, políticos e econômicos comuns. A participação é facultativa e o âmbito das associações profissionais estende-se à área não expressamente proibida por leis que regem associações dentro da sociedade civil. Os sindicatos são criados por profissionais, de acordo com a lei trabalhista, com o intuito de otimizar as relações e condições do trabalho profissional. A participação é facultativa e o âmbito dos sindicatos estende-se apenas às áreas expressivamente autorizadas pela lei trabalhista. Os conselhos regionais são parte do sistema de conselhos federais, que foram criados por leis específicas do Congresso Nacional para os fins de gestão de regulamentação do exercício das incumbências profissionais. Leis similares, ao nível estadual, criaram conselhos regionais. A participação é obrigatória e o âmbito dos conselhos regionais estende-se apenas àquelas áreas expressamente autorizadas pelas leis que os criaram.

A Tabela 1 abaixo resume os resultados do levantamento feito nos 5 jornais.

TABELA 1
ACPs E POLÍTICA PÚBLICA NOS JORNAIS DE SERGIPE E SANTA CATARINA
OUTUBRO 1996 / SETEMBRO 1997

	Total Estadual	Relevância Política	Total Corporativo
SERGIPE	51	16	35
SBPC	2	0	2
Engenheiros	21	14	7
Cese	3	0	3
Senge/Se	2	1	1
Crease	18	13	5
Médicos	28	2	26
Somese	24	1	23
Sindmed	2	1	1
Cremese	2	0	2
SANTA CATARINA	107	47	60
SBPC	14	14	0
Engenheiros	27	13	14
ACE	14	11	3
Senge/SC	3	0	3
CREA/SC	10	2	8
Médicos	66	20	46
ACM	32	13	19
Simesc	14	3	11
Simesc	14	3	11
Cremesc	20	4	16

Os dados demonstram que há uma maior referência ao envolvimento político das associações científicas e profissionais em Santa Catarina do que em Sergipe. Primeiro vale a pena observar que há consideráveis referências a associações científicas e profissionais nos jornais locais de ambos os Estados. Além disso, fez-se referência a cada uma das quatorze associações, de modo que a mídia estava ciente de todas e cada uma teve acesso à mídia para anúncios e/ou declarações. Isso é especialmente relevante em Sergipe, já que foi demonstrado que o maior número de referências em Santa Catarina não é

somente o resultado do fato de a mídia sergipana ignorar esses grupos. No total, em 51 vezes se fez referência a sete associações sergipanas nos jornais locais, enquanto as sete associações catarinenses foram citadas 101 vezes nos jornais, ou seja, duas vezes mais referências ao último grupo do que ao primeiro.⁶

O ponto crucial neste estudo, entretanto, é o envolvimento da ciência na política pública. Entre as 158 referências citadas acima, estavam incluídas atividades totalmente auto-absorvidas como o *Clube de Engenharia*, dando uma festa (JC, 07/06/97, p. 11) ou uma festa conjunta da ACM/CREMESE para homenagear médicos com mais de trinta e cinco anos de afiliação à ACM (OE, 21/10/96, p. 2). A diferença do número de referências nos jornais locais dos dois estados aumenta quando se contam apenas referências ligadas à política: 47 em Santa Catarina, 16 em Sergipe, ou seja, quase três vezes mais em Santa Catarina.⁷ Vale também observar que cada uma das profissões individuais foi mais ativa em Santa Catarina do que em Sergipe.

III - Análise Qualitativa

O crescimento dramático da sociedade civil no Brasil, desde 1970, foi um dos temas-chave da literatura social científica brasileira.⁸ No nível local, especialistas catarinenses testemunharam e observaram o mesmo fenômeno em Santa Catarina,⁹ enquanto os sergipanos notaram a falha da sociedade civil sergipana em alcançar a mesma abertura de espaço político.¹⁰ Essas percepções amplas também se refletem no papel da ciência na política pública nos dois estados.

A tabela 2, abaixo, resume a informação discutida nos parágrafos seguintes. A tabela lista as 14 ACPs à esquerda e 6 indicadores de envolvimento político no topo. As primeiras duas colunas significam um objetivo explícito de envolvimento político e a manutenção de um perfil público. Eles são cruciais, num certo sentido pré-político, para indicar que esses grupos tanto têm envolvimento político no interesse público como meta, quanto têm capacidade para isso. As quatro colunas seguintes indicam fases no processo político, de acordo com o simples modelo de 4 fases do processo político sugerido por Ana Luíza Viana (1996:6). Com essa estrutura simples, a discussão seguinte avaliará a intensidade do envolvimento político dos grupos estudados indicando (com um sinal -4) quando os grupos são ativos nessas diversas fases do processo político sobre uma certa questão. Sinais múltiplos, sinais num único quadro indicam que o grupo foi ativo nessa fase, sobre mais de um tópico, durante o período em questão.

ENVOLVIMENTO POLÍTICO DAS ACPs – UMA AVALIAÇÃO QUALITATIVA

	PRÉ-POLÍTICO			POLÍTICA		
	Objetivos Políticos	Perfil Público	Agenda Grupal	Formulação	Instru-mentos	Avalia-ção
SERGIPE						
SBPC	✓	✓				
Cese	✓	✓				
Senge/Se	✓	✓				
Crease	✓	✓	✓✓	✓✓		
Somese	✓	✓				
Sindmed		✓				
Cremese	✓	✓				
SANTA CATARINA						
SBPC	✓	✓	✓✓	✓	✓	✓
ACE	✓	✓	✓✓✓	✓✓✓✓		
Senge/SC	✓	✓				
CREA/SC	✓	✓				
ACM	✓	✓	✓			
Simesc	✓	✓	✓			
Cremesc	✓	✓	✓✓			

Começando por Sergipe, a SBPC foi quase totalmente ausente no discurso público durante o período estudado. As duas referências à organização dizem respeito ao Encontro Regional do Nordeste da SBPC, em Feira de Santana, Bahia, enquanto o sertão semi-árido, o tema do Encontro, tinha importância política e foi a contribuição de Sergipe nesse evento, noticiado na imprensa local, (GS, 05/12/96, p.5); isso é a melhor prova do fraco envolvimento político da SBPC, em Sergipe.

Um funcionário da representação da SBPC de Sergipe corroborou essa conclusão numa entrevista pessoal. Para esse funcionário, a SBPC alcançou o pico de sua força em Sergipe no começo de 1980 quando a organização era um núcleo de atividades anti - militares; depois viu sua influência crescer bastante durante a abertura. A influência da organização vem enfraquecendo-se desde então, já que, com o retorno da democracia, muitos associados da SBPC mudaram o foco principal de suas afiliações profissionais para a associação de sua disciplina particular.

Atualmente, o funcionário afirma que a SBPC mantém uma uma forte representação no Estado, embora seja ineficiente como um representativo amplo da ciência, em boa parte por causa dessas afiliações competidoras. Como resultado, fora da Universidade Federal, nos subúrbios de Aracaju, sua influência é limitada. Em sentido mais amplo, para a SBPC, a influência da ciência na política pública em Sergipe é bastante limitada pela natureza do processo político que descreve como "fechado, clientelista, oligárquico... a ciência é posta de lado no processo político em favor do clientelismo político das velhas oligarquias".

Existem no estado também muitos outros grupos dentro desse amplo âmbito científico. As associações científicas baseadas na disciplina, citadas pelo funcionário da SBPC, são pouco evidentes no discurso público. Ocasionalmente, são citados cientistas isolados na imprensa local; por exemplo, a bióloga Mirna Landim, da UFS, que fala sobre o triste estado da Mata Atlântica - floresta costeira, quase totalmente destruída durante os últimos quatro séculos, como um resultado do pesado movimento imobiliário do Brasil ao longo da costa (JL, 21 julho 97, p. B-10). A autonomia, o destacamento e, especialmente, o impacto desses comentários dispersos são questionáveis, entretanto.

Ao menos outros dois grupos científicos e tecnológicos existem. A *Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão de Sergipe* (FAPESE), chefiada por um antigo Reitor da UFS, é tanto ativa quanto influente, mas a independência desse órgão governamental é questionável (entrevista da SBPC). Similarmente, o *Instituto de Tecnologia e Pesquisa de Sergipe* (ITPS) tem fortes vínculos governamentais.

Voltando às duas profissões estudadas, *SOMESE* e *Clube de Engenharia*, como as associações profissionais, em Sergipe, de médicos e engenheiros, respectivamente, elas foram ineficientes como contribuintes para o processo político. Isso se mostrou bem claro no caso do *Clube*. Como indicado na Tabela 1, acima, ele esteve totalmente ausente do discurso público, dentro do período estudado. Em contraste, o perfil público da *SOMESE*, durante o período estudado, foi bastante grande, com 24 artigos referentes às atividades da associação. Quatorze destes, entretanto, estavam relacionadas com negociações em andamento sobre taxas entre a associação, em nome da comunidade médica, e um número de planos de saúde. Dois outros artigos estavam também relacionados com taxas. Como tal, esse assunto tratava do próprio interesse da profissão, em oposição a uma contribuição construtiva

ao discurso público, sobre tópicos de relevância social mais ampla. A maioria das outras referências à SOMESE dizia respeito a semelhantes assuntos internos, administrativos ou de auto-interesse: a inauguração de um departamento de cirurgia pediátrica dentro da organização (JC, 7 agosto 97, p. 10), uma homenagem póstuma a um clínico proeminente (JC, 31 julho 97, p. B-10) e o envolvimento sergipano numa disputa pela liderança na *Associação Médica Brasileira* (GS, 15 agosto 97, p. 2).

Em sentido mais amplo, está claro que a SOMESE tem objetivos com espírito público, além da promoção da profissão que foi evidente durante o curto período levantado na coleta dos dados quantitativos. A maior ênfase pelo interesse público da SOMESE foram os PAMC e PEMC, o *Programa de Atualização Médica para a Comunidade* e o *Programa de Extensão Médica para a Comunidade*. Os dois programas, intimamente relacionados, prestam ajuda e serviços de extensão à comunidade. A SOMESE também está participando, junto com uma igreja local, da *Farmácia Comunitária* para os carentes (Someese, 1997; GS, 15 setembro 1997, p.6; GS, 25 junho 97, p.6)

Apesar desse envolvimento, o baixo perfil público desse trabalho, assim como a ausência da associação na discussão pública, aponta um fraco papel da SOMESE na política pública em Sergipe. Enquanto a SOMESE vem falhando em representar a medicina na política pública sergipana, os outros dois órgãos representativos médicos foram ainda menos ativos. A SINDIMED e a CREMESE acataram a SOMESE e, como indicado nas tabelas acima, não foram além de seus papéis prescritos ao agirem como advogados de um ponto de vista "médico" autônomo sobre assuntos políticos do Estado.

Como o *Clube de Engenharia*, a Senge/SE ficou ausente do discurso público no estado. Numa entrevista, um funcionário da Senge apontou fraquezas inerentes à organização, pois seus 830 membros foram em boa parte recrutados no setor público, já que os empregadores do setor privado desencorajam a sindicalização de seus funcionários. Enquanto o funcionário estava satisfeito com o nível de participação da Senge na política pública do estado, ele admitiu que o sindicato tem pouco impacto, pois "a Senge fala, mas ninguém escuta".

Como se viu nos dados quantitativos, durante o período de outubro de 1996 a setembro de 1997, o CREASE não foi apenas o veículo *de fato* da contribuição à política de engenharia dentro de Sergipe, mas foi, também, a mais proeminente das sete associações científicas e profissionais.

O CREASE foi especialmente proeminente em no seu envolvimento numa série de vistorias de prédios e no debate sobre a erosão na Coroa do Meio, um novo e próspero subúrbio de Aracaju, construído numa área arenosa, perto da foz do Rio Sergipe.

O significado dessa prova quantitativa do envolvimento político do Crease não deve ser negado, especialmente porque contradiz a hipótese central deste artigo. Uma olhada mais qualitativa sobre o CREASE, resulta numa prova conflitante a respeito da importância desse envolvimento. Por exemplo, em nenhum desses dois momentos, o Crease iniciou a discussão. Nas vistorias de prédios, ele trabalhou junto com o *Corpo de Bombeiros*, funcionários da *Defesa Civil* e a Companhia de Energia do Estado, sendo que o Crease e os bombeiros tomaram a frente. Os bombeiros apresentaram-se como líderes das primeiras referências a uma campanha dirigida à segurança contra incêndio (JC, 19 outubro 96, p.1); o Crease tomou a liderança quanto à interdição do Batistão, o maior estádio de futebol do Estado (JC, 6 maio 97, p. 9), e apareceu só ao comentar a segurança de elevadores no Estado (JC, 6 de dezembro 96). Mais importante, pouco se comprova que a campanha tivesse tido muito impacto na política pública, além de mexer com a agenda política, e isso foi depois ultrapassado pelas conseqüências do desabamento do Edifício Palace II, um prédio de apartamentos no Rio de Janeiro. Os debates sergipanos a respeito do desastre no Rio apontaram o papel da *Empresa Municipal de Urbanização* (um órgão local de planejamento urbano) na emissão de permissão para construção de prédios, e para o papel da defesa civil e dos bombeiros nas disposições quanto à coleta de lixo e segurança contra incêndio (GSO 5 março 98:Cidade). O Crease entrou na discussão apenas para ser incluída na ampla acusação movida contra o sistema do CREA, ao nível nacional, por sua supervisão negligente do setor de construção/engenharia (GSO, 20 fevereiro 98 : Opinião).

Finalmente, os sócios do Crease, na sociedade civil sergipana, foram céticos quanto à independência e ao impacto político da associação. O funcionário entrevistado da SBPC rejeitou o Crease como um veículo do governo, embora a maioria de seus membros sejam funcionários públicos. Para a SBPC, quando o Crease fala sobre tópicos, ele não tem nenhum impacto, já que os políticos sergipanos permanecem fechados, clientelistas e oligárquicos. Um funcionário da Senge manifestou a mesma preocupação, reafirmando que a organização mudou recentemente para um estilo mais presidencialista,

ainda que seus líderes tenham fortes vínculos governamentais. Como resultado, a organização carece de independência.

Para resumir essa visão qualitativa do papel das associações científicas e profissionais em Sergipe, a ciência sente falta de uma voz autônoma no discurso público sergipano. A Somese, a associação profissional médica, foi de longe a entidade mais proeminente representativa dos médicos. No entanto, o envolvimento da Somese na sociedade sergipana, raramente foi além da representação de interesses, e a associação deixou de representar a medicina no discurso público em Sergipe. De modo similar, o Crease foi claramente a entidade representativa mais proeminente dos engenheiros e exibe sinais de envolvimento em assuntos políticos. Existe uma preocupação quanto à independência do grupo, e não está claro se liderou ou seguiu os dois tópicos em que tem sido proeminente. Ainda assim, a natureza do envolvimento do Crease é tal que é claro que a organização realmente demonstra sinais de significativo envolvimento político.

Em poucas palavras, a grande prova do envolvimento político das associações científicas e profissionais em Sergipe é fraca. Santa Catarina, pelo contrário, mostra sinais de forte envolvimento político da SBPC, de engenheiros e médicos. Apesar de ser geralmente uma orientação nacional, a SBPC foi ativa em assuntos políticos, em Santa Catarina. Esse envolvimento centralizou-se no 5º Encontro Regional em Blumenau, no começo de setembro de 1997, e na criação da Funcitec, uma entidade de promoção de ciência e tecnologia e de financiamento. Durante a ditadura, a SBPC e, especialmente, seus encontros anuais, viraram um fórum para críticas contra o governo militar. Isto injetou política ou abriu discussões políticas em suas conferências que anteriormente haviam sido meras conferências científicas. Apesar da retomada da democracia, essa tradição veio para ficar. Como resultado, entre os 462 trabalhos que tratam de diversos assuntos da esotérica científica, o encontro de Blumenau discursou sobre muitos assuntos políticos. O tema do encontro foi a *Mata Atlântica* (NA, 27 de agosto 96, p. A-6). Temas correlacionados em Blumenau incluem diversidade biológica e social, assim como também trabalhos de catarinenses sobre o desmatamento no Vale do Itajaí (NA, 25 setembro 97, p. 30). Conscientes da necessidade de " espaço" para a ciência , alcance público (NA, 27 agosto 97, p. A-6) e popularização da ciência (NA, 25 setembro 97, p.30) foram temas secundários.

Muito parecido com os comentários sobre a bióloga Landim, no Jornal da Cidade, sobre a *Mata Atlântica* do estado, o destaque da *Mata Atlântica* nos encontros regionais da SBPC tem importância política no sentido de tentar mexer com a agenda política do Estado. O envolvimento da SBPC na criação da Funcitec foi bem além desse papel. A comunidade científica brasileira há muito tem lamentado tanto sua falta de "espaço" na sociedade brasileira quanto à falta de recursos (ver especialmente Schwartzmann, 1991). No âmbito federal, o *Conselho Nacional de Pesquisa*¹¹ é a maior fonte de financiamento público da ciência. Por pressão federal, muitos estados criaram recentemente organizações similares ao nível estadual. A Funcitec representa o empenho de Santa Catarina a esse respeito. Um movimento em prol da organização começou há pelo menos uma década atrás (Santos, 1997, p. 2), mas ficou parado por anos. A Funcitec foi formalmente fundada durante o encontro regional da SBPC em Florianópolis, em maio de 1996, por Neri dos Santos, então Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico. Pedro Guerra, então líder da SBPC no Estado, expressou-se favoravelmente, mas manifestou sua preocupação com o fato de a fundação ser regida pelos próprios cientistas e as decisões sobre financiamento serem tomadas do ponto de vista de camaradagem e considerações políticas. (OE, 3 maio 96, p. 9).

Mais tarde, no mesmo ano, um editorial do *O Estado* mencionou a falta de progresso de resultados da FUNCITEC e relatou que o secretário regional da SBPC havia de se encontrar com o governo estadual para discutir o assunto (OE, 1 novembro 96, p. 2). Na reunião, a Secretaria Regional da SBPC expressou sua preocupação quanto ao fato de a comunidade científica não ter sido adequadamente consultada durante a criação da Funcitec (OE, 10 novembro 96, p. 15). A divisão entre o governo do Estado e a SBPC foi abordada pela imprensa da UFSE; pouco depois que disse estar Santos contra o envolvimento da SBPC, na criação da Funcitec (OE, 29 novembro 96, p. 4). O decreto sobre a Funcitec foi finalmente assinado em janeiro, com Neri dos Santos como seu primeiro diretor.

Voltando à sociedade médica catarinense, como foi indicado na Tabela 1, a ACM é o veículo mais significativo do envolvimento de médicos na política pública. Como em Sergipe, a comunidade médica estava ativamente engajada numa disputa pública sobre finanças. Em Santa Catarina, esta disputa foi com o *Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina* (IPESC), envol-

vendo pagamentos atrasados do plano de seguro-saúde que o IPES dirigia em nome de 153.000 funcionários públicos estaduais que tinham por volta de 9% dos seus contra-cheques abatidos para cobrir os serviços do IPESC (DC, 18 outubro 96, p. 36). Apesar desses depósitos automáticos, o plano tinha imensos débitos, incluindo quase R\$ 7 milhões para com a comunidade médica (DC, 5 novembro 96, p. 31).

Uma campanha levantada contra o IPESC resultou, com cada um das três entidades médicas representativas envolvidas, discutidas neste estudo, tipicamente juntos. Conexões com os outros grupos do terceiro setor também foram patentes: a ACM, a rica associação de negócios da indústria da saúde, e um grupo de beneficiários do IPESC, o *Fórum Permanente em Defesa do IPESC*, um grupo coordenador semi-formal (OE, 2 outubro 96, p. 8). A ACM, Cremese e Simes juntaram-se com o governador em exercício, José Hülse, em meados de outubro (OE, 17 outubro 96, p. 8), mas a reunião aparentemente deu em nada, pois os três grupos reuniram-se novamente no final do mês para instaurar um processo contra governo, procurando cobrar indenizações além do pagamento atrasado, e concordar com a suspensão de tratamento para beneficiários do IPESC (OE, 29 outubro 96, p. 8, DC, 25 outubro 96, p. 8; DC, 25 outubro 96, p. 36). A ACM uniu-se à entidade profissional de advogados com que a IPESC também tinha grandes dívidas, para criticar a IPESC, em novembro (DC, 8 novembro 92, p. 28). Um acordo para normalizar a situação foi assinado em dezembro (OE, 12 dezembro 96, p. 7)¹².

Como indica a Tabela 1, cada uma das três associações médicas representativas, ACM, Simesc e Cremesc foram ativas na disputa quanto ao IPESC - muito mais que a Cremese e o Sindmed o foram na negociação similar da taxa dos planos de saúde em Sergipe. O IPESC também demonstrou as fortes ligações que a comunidade médica mantém com outros grupos na sociedade civil catarinense, como os beneficiários do IPESC, um grupo industrial e uma outra associação profissional, todos cooperaram com as três associações médicas na disputa.

O IPESC também ilustra o papel-chave da ACM como veículo político na comunidade médica catarinense, pois a maioria do envolvimento público do Simesc estava relacionado com sua atividade de "interesse próprio", como sugerido por Macedo (1996). Apesar da falta de sinais de envolvimento político passado, isso permanece como um objetivo para a organização. Assumindo o cargo de novo diretor do Simesc, Ari Rocho apontou três objetivos:

melhoramento nas condições de trabalho, melhoramento para o sistema hospitalar estadual no sentido de aumentar a saúde pública, e participação mais ativa em movimentos sociais (OE, 21 julho 97, p. 8). Talvez a indicação mais dramática do papel político do Simesc tenha vindo durante uma sessão especial da Assembléia Legislativa Estadual para comemorar o dia internacional da saúde. O Deputado Francisco Küster solicitou da Presidenta do Simesc, Taís Helena Lippel, representando a comunidade médica, apoio para uma proposta para um fundo de saúde. Em resposta, Lippel concordou, mencionando que os gastos brasileiros per capita com saúde estavam muito abaixo dos níveis obtidos nos vizinhos Uruguai e Argentina (DC, 8 abril 97, p. 42).

A Cremesc também estava fortemente envolvida na campanha liderada pela ACM sobre os pagamentos atrasados, mas foi algo mais ativa que a Simesc em assuntos políticos de maior interesse público. Além das atividades em promoção dos interesses próprios dos médicos, a Cremesc, junto com a ACM, discursou sobre o estado frágil das unidades de tratamento intensivo no estado (OE, 9 janeiro 97, p. 2), fez um levantamento das capacidades dos hospitais do estado (OE, 24 janeiro 97, p. 4), criticou o sistema estadual de saúde por negar acesso a médicos privados, a testes de saúde feitos em clínicas estatais (OE, 11 junho 97, p. 2), e recentemente foi mais ativa em parar a prática de cirurgia de um espírito (sem treinamento médico) que clama ser um mediador de um cirurgião há muito tempo morto (NA, 20 fevereiro 98, geral).

A ACM também teve impacto político através de dois congressos médicos feitos no estado, durante o período estudado. O *Congresso Catarinense de Medicina*, feito em Blumenau no começo de abril, discutiu bioética, eutanásia e saúde pública em Santa Catarina, assim como os costumeiros assuntos administrativos, técnicos e profissionais (OE, 3 abril 97, p. 6; DC, 4 abril 97, p. 33). Um mês depois, Florianópolis foi a anfitriã do encontro anual da *Associação Médica Brasileira*, no geral a saúde pública foi novamente um assunto de destaque (OE, 22 abril 97, p.)

O envolvimento político mais importante da ACM, entretanto, diz respeito ao lançamento de uma campanha antiviolência. O impulso da campanha foi o roubo, a tortura e o assassinato brutal de um médico famoso. Em resposta, o Presidente da ACM, Almir Gentil, lançou a *Campanha em Defesa da Vida*, uma iniciativa conjunta com quase 20 ONGs, numa reunião na sede da OAB. Entre essas, tomaram parte a Cremesc, a Simesc, a ACE, a organização

comercial da indústria da construção civil, organizações profissionais de dentistas e jornalistas, estudantes, grupos ativistas de mulheres e crianças, e organizações industriais e comerciais. Conversas foram feitas no sentido de também trazer o governo para o movimento (DC, 17/09/97, p. 2; DC, 18/09/97, p. 53; DC, 25/09/97, p. 44). Num editorial, o Diário Catarinense chamou a campanha uma resposta social apropriada a um problema social (DC, 17/09/97, p. 2). No passado, a ACM também esteve envolvida com programas de alcance público, quando publicou artigos sobre tópicos como o fumo (Jorge, 1982) e dietas (Vieira, 1988).

A comunidade catarinense de engenharia exhibe o mesmo perfil de envolvimento político que a dos médicos, mas a associação profissional assume a liderança e os outros dois grupos ficam menos ativos. A ACE foi fundada em 1934, e lista vários assuntos políticos em seu antigo desempenho, especialmente relacionados com o planejamento de infra-estrutura (ACE, 1997; Jornal do ACE, abril 97). A ACE foi ativa em muitos assuntos relacionados à política, durante o período estudado. A associação enumera o programa de trabalhos para a preservação da ponte Hercílio Luiz entre uma de suas mais orgulhosas façanhas (OE, 11 junho 97, p. 7). A ponte, que foi a primeira ligação entre a ilha de Santa Catarina e o "Continente", é, para Florianópolis, o que a ponte de Harbor é para Sidney. Mais recentemente, a UFSC tomou a frente para elaborar projetos para a recuperação da ponte (OE, 25 março 97, p. 8), mas a ACE continua ativa na campanha. A ACE recentemente cofinanciou um seminário sobre a preservação da ponte (OE, 26 setembro 97, p. 7), e os comentários do presidente da ACE, Celso Ramos Fonseca, são regularmente divulgados (DC, 26 setembro 97, p. 35).

Um segundo assunto com o qual a ACE contribuiu no programa de trabalho da política local se refere aos desabamentos na região da grande Florianópolis. Num encontro liderado pela *Fundação Municipal do Meio Ambiente* (Floram), o Presidente da ACM, Fonseca, chamou os desabamentos um dos mais sérios problemas de Florianópolis (OE, 12 março 97, p. 8). Pouco depois, um Seminário da ACE sobre como enfrentar desastres também tratou do assunto. Contando com a participação de mais 20 grupos civis, incluindo o CREA/SC e Senge/SC, assim como a *Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental* (Abes/SC); a ACE propôs soluções de baixo custo como a educação para evitar práticas que levam à erosão, e a substituição de paredes feitas com velhos pneus (OE, 23 março 97, p. 16; Jornal da ACE, abril).

A ACE também foi ativa ao procurar soluções para os problemas do trânsito de Florianópolis. Fonseca proclamou o trânsito urbano o principal objetivo de seu mandato como Chefe da ACE (OE, 11 junho 97, p. 7), a associação financiou um encontro (ACE, 12 agosto 97, p. 4) e um seminário (OE, 14 setembro 97, p. 10) sobre o assunto. A ACE interessou-se por assuntos de menor apoio, com perfil mais baixo. A associação sediou um encontro de um grupo de planejamento turístico, em novembro de 1996 (OE, 1 novembro 96, p. 7) e participou da campanha antiviolência, iniciada pela ACM, que foi discutida acima neste parágrafo (OE, 17 setembro 97, p. 16). De um modo mais abrangente, a participação na tomada de decisões locais é um objetivo explícito, muito citado, da organização. Ao assumir a presidência da associação, Celso Ramos Fonseca indicou entre suas metas a participação mais eficiente e o envolvimento mais efetivo nas decisões importantes da comunidade (DC, 12 maio 97, p.3), um sentimento ecoado no editorial de *Jornal da ACE* de abril.

Em comparação, Senge e CREA/SC são menos ativos em assuntos políticos, em Santa Catarina. Como foi discutido no parágrafo anterior, o perfil público da Senge é muito baixo, e isso talvez se reflita nos objetivos do novo diretor, José Antônio Latrônico Filho, ao assumir seu posto: iniciar um serviço disque-telefone de acidentes de trabalho e reformar a sede da Senge (OE, 16 outubro 96, p. 4).

O CREA/SC estava quase totalmente envolvido nos papéis administrativo-profissionais para o qual foi criado. Ainda assim, empenha-se em muitas atividades políticas. O CREA/SC realizou um seminário sobre planejamento urbano em Chapecó, no qual compareceu a maioria dos pequenos municípios rurais em torno desta cidade do oeste (OE, 29 setembro 97, p. 2). Organizou discussões, também, em Joaçaba, a respeito do controle de qualidade na indústria metalúrgico-mecânica (AN, 9 setembro 97, p. A2) e assinou um convênio com a cidade de Itapema para supervisionar construções municipais (AN, 9 setembro 97, p.A2).

IV - Conclusões

Este estudo mostrou que as associações científicas e profissionais de Santa Catarina e de Sergipe não formam parte não distinguível da elite, nem estão envolvidas em atividades totalmente de interesse próprio, nem dependem de recursos internacionais para o apoio financeiro ou administrativo.

Combinado com sua relevância política, está clara a importância desses grupos profissionais para um entendimento do papel da sociedade civil brasileira na política pública.

Em Santa Catarina, as associações científicas e profissionais foram mais ativas, em geral, em assuntos políticos, do que em Sergipe. A SBPC, em Sergipe, foi totalmente ausente do discurso público, sem nenhum sinal de que um outro grupo conseguisse preencher o papel de uma voz autônoma para a ciência nas discussões políticas no estado. Em Santa Catarina, por outro lado, se fez principalmente notável ao levantar questões em seus encontros anuais, enquanto também contribuiu para uma iniciativa política altamente significativa no estado.

Apesar de grandes sinais de atividade, a Somese continua pouco engajada nas questões políticas de Sergipe, enquanto o Cremesc e o Sindimed nem sequer têm sinais de grandes atividades, da Somese, no próprio interesse da profissão. A ACM, pelo contrário, foi muito ativa em Santa Catarina; muitas vezes junto com outros grupos, em toda a sociedade catarinense. O Simesc manteve um baixo perfil, assim como o Cremesc, embora a atividade do Cremesc só pudesse ser comparada à atividade de toda a comunidade médica em Sergipe. Finalmente, o Crease foi claramente a associação de engenharia mais ativa estudada, apesar das dúvidas em relação à sua independência e capacidade de iniciativa de apresentar programas de trabalho. Ainda assim, a atividade do Crease é claramente menos importante que a da ACE.

Para resumir, um envolvimento das associações científicas e profissionais foi bem mais evidente em Santa Catarina do que em Sergipe. Primeiro, demonstrou-se esse fato através de uma simples contagem das atividades publicadas em jornais locais e confirmado por uma leitura mais abrangente das fontes relativas às associações estudadas. Portanto, um maior envolvimento das associações científicas e profissionais na política pública evidenciou uma correlação com o desenvolvimento econômico e social. Provar uma ligação causal é muito mais difícil¹³, entretanto, este artigo mostrou *como* as ACPs contribuem para resultados positivos do desenvolvimento, através da participação do processo político. Uma sociedade civil livre e forte pode melhorar os resultados do desenvolvimento oferecendo vozes adicionais e informadas, no processo político. Estas servem tanto como vozes independentes para vetar propostas políticas, quanto como fontes de novas próprias iniciativas políticas.

A incapacidade das associações científicas e profissionais, para participar significativamente de questões políticas, faz crer ou sugere que a mais ampla sociedade civil sergipana, carecendo do "status" de elite dessas profissões, de seus recursos e de seu saber em áreas bem definidas, está barrada do processo político. A importância de criar uma brecha e a criação de um ambiente em que uma boa camada da sociedade sergipana - não apenas a elite tecnológica - possa adicionar sua experiência vivida nas discussões políticas, é a implicação política mais significativa desta pesquisa. Nas palavras do Presidente brasileiro, Fernando Henrique Cardoso,

O problema da social-democracia é a relação com o Estado. Ela tem de repensar a noção de que só o Estado faz. Para a nova social-democracia, não é o Estado que faz. Ele faz *também*. Tem de haver espaço para que forças não estatais atuem nas decisões políticas, no controle das políticas, na avaliação das políticas (1997:31).

É uma lição à qual líderes políticos em todo o mundo fariam bem em prestar atenção.

NOTAS

- 1 Esta pesquisa segue a tradição que minimiza a diferença entre ciência e tecnologia (ver Merton, 1938, p. 137-54; Zilsel, 1942). Por isso, a conveniente abreviação "ciência" será usada para designar ciência e tecnologia.
- 2 Ver também Nelson e Rosenberg, 1993, p. 4; e Dosi et al, 1988. Preocupações similares foram levantadas no Brasil por Albuquerque, 1996; Lima, 1996; Schwartzman, 1991.
- 3 Ver, por exemplo, Wilensky, 1964; Cromer, 1993; Norgaard, 1994; e especialmente Fesler, 1959.
- 4 É claro que as críticas vão além disso. Algumas recentes contribuições brasileiras sobre essa literatura, ver Carvalho, 1995; Wanderley, 1994; e Magala, 1987. Ver também Teixeira, 1988, para uma discussão mais equilibrada do assunto em termos da policy science no Brasil.
- 5 Um outro jornal sergipano foi incluído para compensar a maior quantidade de jornais catarinenses. Artigos sobre o mesmo evento em mais de um jornal de dado (ou próximo) dia foram contados como sendo um único artigo. Somente jornais de Florianópolis forma incluídos para reduzir o efeito da maior população de Santa Catarina. Os nomes de jornais estão abreviados conforme as referências.
- 6 Para aplicar um simples teste de significância estatística a esse resultado, se nós assumimos um tamanho de amostra de 174 referências às ACPs geradas por jornais nos dois estados, nós podemos rejeitar a hipótese de que as 123 geradas em Santa Catarina foram uma ocorrência aleatória de $P < 01$.
- 7 De novo, assumindo o tamanho da amostra de 69 referências relativas a políticas das ACPs geradas por jornais nos dois estados, nós podemos rejeitar a hipótese de que as 52 geradas em Santa Catarina foram uma ocorrência aleatória de $P < 01$.
- 8 As referências são uma miríade. Ver, por exemplo, Cardoso, 1983; Almeida, 1989, 1990; M. Costa, 1988; S. Costa, 1994; Durham, 1984; Fernandes, 1988, 1994; Gohn, 1991; Jacobi, 1990; M. Oliveira, 1981; Scherer-Warren, 1996; A Silva, 1993; Wanderley, 1980.
- 9 Ver Auras, 1991; Luchmann, 1991; Müller, 1992; CECA/FNMA, 1996; Scherer-Warren, 1996; Franzone, 1993; e Poggiese e Francioni, 1994.
- 10 Ver Marques, 1988; Cruz, 1992; Meneses, 1995; Menezes, 1985 e 1987.
- 11 CNPq – Conselho Nacional de Pesquisa.
- 12 Mas o assunto permanece não resolvido. Ver NA, 22.02.1998, Geral; NA, 20.01.1998, Geral.
- 13 Schmitter aponta para a dificuldade de demonstrar causalidade em sua pesquisa mais antiga e similar. (1971, p. 17, 315)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Itamar (1995). **Violência e golpe eleitoral: Jaison e Amin na disputa pelo governo catarinense**. Blumenau: Editora da FURB.
- ALBUQUERQUE, Eduardo da Motta e (1996). "Sistema nacional de inovação no Brasil: uma análise introdutória a partir de dados disponíveis sobre a ciência e a tecnologia". **Revista de Economia Política**. 16(3), 56-72.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (1989). "Direitos Sociais, Organização de interesses e corporativismo no Brasil". **Novos Estudos**. 25: 50-60.
- AMARAL FILHO, Jair do (1995). "Desenvolvimento Regional Endógeno: (Re) Construção de um Conceito, Reformulação das Estratégias". **Revista Econômica Nordeste**. 26(3): 325-46.

- AMENTA, Edwin (1991). "Making the Most of a Case Study: Theories of the Welfare State and the American Experience". (org.) Charles Ragin. Issues and alternatives in **Comparative Social Research**. Leiden : E. J. Brill.
- AN – A Notícia (diversas séries). **Jornal**, Joinville, Santa Catarina.
- AURAS, Marli (1991). "Poder oligárquico catarinense: da guerra aos 'fanáticos' do contestado à 'opção pelos pequenos'". São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, **Tese de Doutorado**.
- CARDOSO, Ruth Corrêa Leite (1983). "Movimentos sociais urbanos: balanço crítico". (orgs.) Bernardo Sorj and Maria Hermínia Tavares de Almeida. **Sociedade e política no Brasil pós-64**. São Paulo: Editora Brasiliense. pp. 215-39.
- CARDOSO, Fernando Henrique (1997). **Revista Veja**. 10 de setembro, pp. 22-33.
- CARVALHO, Alba Maria Pinho de (1995). "O desafio contemporâneo do fazer ciência: em busca do novos caminhos/descaminhos da razão". **Serviço Social & Sociedade**, 48:5-34.
- CECA/FNMA (Um Centro de Estudos Cultura e Cidadania/ Fundo Nacional do Meio Ambiente) (1996). **Uma cidade numa ilha: relatório sobre os problemas sócio - ambientais da ilha de Santa Catarina**. Florianópolis.
- CLARK, John (1991). **Democratizing development: the role of voluntary organizations**, West Hartford: Kumarian Press.
- CLARK, Norman, and Calestous Juma (1987). **Long-run economics: an evolutionary approach to economic growth**. London : Pinter.
- COHN, Maria da Glória (1991). As relações sociedade civil e estado nos anos 90: perspectivas sobre a participação. **Serviço Social & Sociedade**, 36: 13-20.
- COSTA, Maria das Dores (1988). "Movimentos sociais e cidadania: uma nova dimensão para a política social no Brasil". **Revista de Administração Pública**, 22(2): 3-10.
- CROMER, Alan (1993). **Uncommon sense**, New York: Oxford University Press.
- CRUZ, Maria Elisa da (1992). "Associações de moradores: a política e os políticos". Rio de Janeiro: Universidade Federal de Rio de Janeiro, **Master's dissertation**.
- DANTAS, Orlando (1974). "Política de desenvolvimento econômico de Sergipe". Aracaju: **Gazeta**.
- DC — Diário Catarinense (diversas séries). **Jornal**, Florianópolis, Santa Catarina.
- DOSI, G., C. Freeman, R. Nelson and L. Soete, eds. (1988). **Technical change and economic theory**. London : Pinter.
- DURHAM, Eunice Ribeiro (1984). "Movimentos sociais: a construção da cidadania". **Novos Estudos**, 10: 24-30.
- FARIAS, Luciano Martins de (1996). "A dinâmica da economia sergipana no período 1979-1987". **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, 8: 86-133.
- FERNANDES, Rubem César (1988). Sem fins lucrativos. (org.) Leilah Landim. **Sem fins lucrativos: as Organizações Não-governamentais no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Religião.
- FERREIRA, Afonso Henriques Borges (1996). "A distribuição interestadual da renda no Brasil, 1950-85". **Revista Brasileira Econômica**. 50(4): 469-85.
- FESLER, James (1959). "Asphalt Vs. Concrete and Other Comparisons". **Public Administration Review**. 1959.
- FORTES, Bonifácio (1960). "Contribuição à história política de Sergipe". **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, 8:86-133.
- FRANZONE, Tereza Maria (1993). "As 'perigosas' relações entre movimento popular/ comunitário e administração pública municipal na ilha de Santa Catarina", Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, **Dissertação de Mestrado**.
- GS — Gazeta de Sergipe (diversas séries). **Jornal**, Aracaju, Sergipe.
- HAAS, Peter (1992). **Introduction: epistemic communities and international policy coordination**. international organization, 46(1):1-35.
- HOSELITZ, Berthold (1957). "Noneconomic Factors in Economic Development". **American Economic Review**, 47(2): 28-41.

- JACOBI, Pedro (1990). "Movimentos sociais urbanos: os desafios da construção da cidade". **Cadernos do CEAS**, 129: 34-44.
- JORGE, Alfredo Daura (1982). **100 razões para não fumar ou 100 razões para combater o fumo**. Florianópolis: Associação Catarinense de Medicina.
- Jornal do ACE** (diversas séries). Newsletter, Associação Catarinense de Engenheiros, Florianópolis, Santa Catarina.
- JC — Jornal da Cidade (diversas séries). **Jornal**, Aracaju, Sergipe.
- JM — Jornal de Manhã (diversas séries). **Jornal**, Aracaju, Sergipe.
- KOHLI, Atul (1987). **The state and poverty in India**. Cambridge: Cambridge University Press.
- LANDIM, Leilah (1993). **Defining the nonprofit sector: Brazil**. Baltimore: The Johns Hopkins Comparative.
- LIMA, Gilberto Tadeu (1996). "Development, technological change and innovation: Schumpeter and the neo-Schumpeterians". **Revista Brasileira Econômica** 50(2): 179-204.
- LUCHMANN, Lígia Helena H. (1991). "Cotidiana e democracia na organização da UFECO". Florianópolis : Universidade Federal de Santa Catarina, **Dissertação de Mestrado**.
- MACEDO, Edison Flávio (1996). **Planejamento institucional dos conselhos regionais**. Florianópolis: Editora Papa Livros.
- MAGALA, Slawomir (1987). **Ciência: um capricho dispendioso**. *Dados*, 30(1): 95-108.
- MARQUES, Núbia Nascimento (1988). **Participação popular – um impasse**. *Ecos*, 2(1): 97-104.
- MENESES, Jonatas Silva (1995) (1995). "A participação política da igreja evangélica assembleia de Deus no Estado de Sergipe: estratégias e ações para um projeto político". Salvador: Universidade Federal de Bahia: **Dissertação de Mestrado**.
- MENEZES, Joelina Souza (1985). "A política social em Sergipe: o caso do 'Centro Social Urbano Gonçalo Rollemberg'". São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, **Dissertação de Mestrado**.
- _____. (1987). **Política social no bairro Siqueira Campos: o centro social urbano ilusão ou realidade?**. *Ecos*, 1(1): 123-44.
- MERTON, Robert (1970). **Science, technology and society in seventeenth century england**. New York: Howard Fertig.
- MOHR, Lawrence (1993). **Causation and the case study, paper delivered at the national public management research conference**. Madison : Wisconsin, October 2.
- MÜLLER, Kathia Terezinha (1992). "Organização de moradores em Florianópolis numa perspectiva de necessidades radicais". Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, **Master's dissertation**.
- NAJAM, Adil (1996a). "NGO accountability: a conceptual Framework". **Development Policy Review**, 14: 339-53.
- NDEGWA, Stephen (1996), **The two faces of civil society: NGOs and Politics in Africa**. West Hartford: Kumarian.
- NELSON, Richard (1974). **Less developed countries — Technology transfer and adaptation: the role of the indigenous science community**
- NELSON, Richard and NATHAN Rosberg (1993). **Technical Innovation and National Systems**. (org.) Richard Nelson, ed., **National innovation systems: a comparative analysis**. New York: Oxford University Press.
- NORGAARD, Richard (1994). **Development betrayed**. London : Routledge.
- NUNES, Maria Thetis (1997). "Os ideais da revolução francesa alcançam Sergipe del Rey". In: **Revista da Academia Sergipana de Letras**, 32: 67-78.
- OE — O Estado (diversas séries). **Jornal**, Florianópolis, Santa Catarina.
- OHLIN, Bertil (1957). **Interregional and international trade**. Cambridge: Harvard University Press.
- OLIVEIRA, Maria Lúcia de (1981). "Pequenas democracias". **Revista da Administração Municipal**, 30(163): 76-83.

- POGGIESE, Héctor A. and Maria del C. Francioni (1994). "Cenários de gestão associada e novos fronteiras entre o Estado e a sociedade". **Revista de Administração Municipal**, 41(213): 61-74.
- POLANYI, Karl (1966). **The Republic of Science**. *Minerva* 1(1): 54-73.
- POPPER, Karl (1963). **The open society and its enemies**. Princeton: Princeton University Press.
- PRICE, Don (1965). **The scientific Estate**. Cambridge : Harvard University Press.
- PUTNAM, Robert (1993). **Making democracy work**. Princeton: Princeton University Press.
- RODRIGUES, Maria Cecília Prates (1997). "Terceiro setor: para que serve?". **Conjuntura Econômica**. January, pp. 41-45.
- ROSTOW, W. W. (1990). **Theorists of economic growth from Hume to the present**. New York : Oxford.
- SALAMON, Lester (1994). **The Rise of the Nonprofit Sector**. *Foreign affairs*. 73(4): 109-122.
- SANTOS, Neri dos (1997). "Uma conquista catarinense". **Diário Catarinense**. 9 January 1997: 2.
- SCHERER-WARREN, Ilse (1995). "ONGs na América Latina: Trajetória e Perfil". (orgs.) Eduardo Viola, Hector Leis, Ilse Scherer-Warren, Julia Guivant, Paulo Vieira, Paulo Krischke, **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez Editora, pp. 161-80.
- SCHERER-WARREN, Ilse (1996). **Organizações voluntárias de Florianópolis**. Florianópolis : Editora Insular.
- SCHMITTER, Philippe (1971). **Interest conflict and political change in Brazil**. Stanford: Stanford University Press.
- SCHWARTZMAN, Simon (1991). **A space for science: the development of the scientific community in Brazil**. University Park: Pennsylvania State University Press.
- SCHUMPETER, Joseph (1961). **The theory of economic growth**. New York : Oxford University Press.
- SILVA, Ana Amélia da (1993). "Do privado para o público: ONGs e os desafios da consolidação democrática". **Cadernos do CEAS**, 146: 36-46.
- SOMESE (1997). Sociedade Médica de Sergipe, **homepage**, www.infonet.com.br/somese.
- SOUZA, Cristiano Lúcio de (1995). "A Pesquisa em Administração Pública". **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, 80: 77-103.
- SOUZA, Terezinha Oliva de (1991). "Estruturas de Poder." (org.) Diana Maria de Faro Leal Diniz, **Textos para a História de Sergipe**, Aracaju : Universidade Federal de Sergipe, pp. 127-66.
- TEIXEIRA, Francisco L. C. (1988). "Atividade científica e participação social: a ideologia da autonomia da ciência". **Sociedade e Estado**, 3(1 & 2): 41-50.
- THOMAS, Vinod (1987). "Differences in Income and Poverty within Brazil". **World Development**, 15(2): 263-73.
- VAN TILS, Jon (1988). **Mapping the third sector**. New York : The Foundation Center.
- VIANA, Ana Luíza (1996). "Abordagens metodológicas em políticas públicas". In **Revista da Administração Pública**, 30(2): 5-43.
- VIEIRA, Sebastião Ivone (1988). **Dieta? Como calcular**. Florianópolis : Associação Catarinense de Medicina.
- WANDERLEY, Luiz Eduardo (1980). "Movimentos sociais populares: aspectos econômicos, sociais e políticos". **Encontros com a Civilização Brasileira**, 25:107-32.
- _____. (1994). "Massas e sociedade civil: notas para um estudo". **São Paulo em perspectiva**, 8(2): 33-40.
- WILENSKY, Harold (1964). "The Professionalization of Everyone?" In: **The American Journal of Sociology**, 70(2): 137-58.
- ZILSEL, Edgar (1942). "The Sociological Roots of Science". **American Journal of Sociology**, 47(4): 544-62.